MUNICÍPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº05/2016

--ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA, REALIZADA EM SESSÃO ORDINÁRIA, AOS DEZASSEIS DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZASSEIS.

Aos dezasseis dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha, sob a presidência do Senhor Rui Monteiro Picciochi, tendo como primeiro secretário o Senhor César Augusto Cardigos em substituição do Senhor João Gralha e segundo secretário o Senhor Inocêncio Rodrigues Cruz, convocada nos termos do nº1, do artigo 27º, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, conforme anúncio público afixado por Edital, a dois de Dezembro de dois mil e dezasseis, com a seguinte ordem de trabalhos: ----------

-----Ponto um - Expediente, informações e aprovação da ata; ----------

-----Ponto dois - Apreciação da informação escrita apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, ao abrigo da alínea c) do nº. 2 do art.º. 25º., da Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro; ----------

-----Ponto três – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal referente ao procedimento Pré-contratual de ajuste direto para aquisição de Serviços de Auditoria Externa às contas do Município de Vila Nova da Barquinha - proposta de nomeação de Sociedade de Revisores Oficiais de Contas / Ano de 2016; ----------

-----Ponto quatro - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal referente às alterações aos acordos de execução em vigor com as Juntas de Freguesia; ----------

-----Ponto cinco - Alteração da Operação de Reabilitação Urbana da ARU da Zona Baixa de Vila Nova da Barquinha, de Simples para Sistemática – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana; ----------

-----Ponto seis - Projetos de qualificação de Interesse Municipal - Programa de Desenvolvimento Rural do Continente - PDR 2020; ---------

-----Ponto sete - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal referente 1ª Revisão Orçamental de 2016; ----------

Ponto oito -Apreciação e votação dos Documentos Previsionais de Gestão para 2017, Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal. ---

Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes deputados da Assembleia Municipal, Senhores: ----------

Rui Monteiro Picciochi; ----------

Manuel da Costa; ----------

Paulo Fernando da Graça Constantino; ----------

José Maria Chambel Esteves; ----------

José Pereira de Sousa; ----------

César Augusto da Silva Barros Cardigos; ----------

Inocêncio Rodrigues Cruz; ----------

Manuel Maria Pequito Cardoso; ----------

Vitorino Gomes Monteiro; ----------

João Fernando Mexia Machado; ----------

Manuel Maria Ferreira Honório; ----------

José Miguel Baptista Homem; ----------

Benjamim dos Santos Abalada Reis; ----------

Eduardo Cristovão Gil de Oliveira; ----------

Nuno Miguel Reis Marques Sousa Gomes; ----------

Anabela Pereira Cardoso Queiroz; ----------

João Filipe Ricardo; ----------
Paula Alexandra Vieira Duarte; ----------
Manuel de Oliveira. ----------
Nos termos do art.º 48º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, esteve presente o Senhor Presidente da Câmara, Fernando Manuel dos Santos Freire, os Senhores Vereadores Rui Constantino Martins, Ricardo Manuel Ramalhete Honório, Rosa Maria Fernandes Garrett e Luís Manuel dos Santos Valente. ----------

Seguidamente foi instalado o Senhor Deputado Municipal Manuel Costa, por ser o sucedâneo na lista do PS, substituindo o Senhor Deputado Municipal João Manuel Alves Gralha, que solicitou a sua substituição por motivos pessoais, a esta sessão da Assembleia Municipal. ----------

Seguidamente foi instalado o Senhor Deputado Municipal David Antunes, por ser o sucedâneo na lista da CDU, substituindo a Senhora Deputada Municipal Paula Duarte, que solicitou a sua substituição por motivos pessoais, a esta sessão da Assembleia Municipal. ----------

Constatando a falta do primeiro secretário da mesa, desta Assembleia Municipal, João Manuel Alves Gralha, foi convidado o Senhor Deputado César Augusto da Silva Barros Cardigos para ocupar o lugar de primeiro secretário. ----------

- Após confirmar a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão. ----------

-----EXPEDIENTE ---------- **(Vide anexo 1)** -----

------ APROVAÇÃO DA ACTA ----------

O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal,** submeteu à apreciação a ata número quatro, da reunião realizada a trinta de Setembro de dois mil e dezasseis, cujo texto foi previamente distribuído a todos os membros

deste órgão deliberativo. ----------

Submetida à votação o projeto de ata, foi aprovada por maioria, com 2 abstenções dos Senhores Deputados Municipal Paulo Constantino do PS e David Antunes da CDU, por não terem estado presente na sessão, e dezassete votos a favor dos Senhores Deputados Manuel de Oliveira do CDS, Anabela Queiroz, Nuno Gomes, Eduardo de Oliveira do PPD/PSD, João Filipe Ricardo da CDU e Manuel da Costa, José Pereira de Sousa, Inocêncio Cruz, Paulo Constantino, José Chambel, César Barros, Manuel Cardoso, João Machado, Benjamim Reis, Manuel Honório, Miguel Homem e Rui Picciochi do PS. ----------

----------///----------

---ATENDIMENTO AO PÚBLICO ----------

Nesta altura, Senhor Presidente da Mesa colocou à consideração dos Senhores Deputados, nos termos regimentais, a proposta de passagem ao período destinado à intervenção do Público, o que foi aprovada por unanimidade. Contudo não se registaram intervenções.

------- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

------- MOÇÕES, INTERVENÇÕES ----------

= O Senhor Deputado **David Antunes** apresentou uma Moção sobre os "40 anos das primeiras eleições autárquicas." **(Vide anexo 2)** ----------

= O Senhor Deputado **César Cardigos** leu uma intervenção sobre as "Primeiras eleições." **(Vide anexo 3)** ----------

= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo – Em primeiro lugar a todos vós que aqui se encontram, aos trabalhadores da câmara presentes e aos ausentes, um abraço faterno da nossa parte e umas Boas Festas, um ano de dois mil e dezassete, com tudo de bom. ----------

Em relação à Urbanização Roque Amador gostaria de saber qual o ponto de situação, uma vez que a referida urbanização encontra-se ao abandono. Há investimentos feitos no local que se estão a degradar. Gostava de saber qual a razão da obra não avançar. ----------

De seguida leu uma intervenção sobre "Salário Mínimo – 600 euros em janeiro, porquê?" **(Vide anexo 4)** ----------

= O Senhor Deputado **Vitorino Monteiro** apresentou uma intervenção sobre "Ano autárquico." **(Vide anexo 5)** ----------

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, informou o Senhor Deputado João Filipe Ricardo do seguinte: ----------

"Respondendo à questão do Senhor Deputado a urbanização Roque Amador já está parada há muitos anos. Pelo que tenho conhecimento, a sociedade está em processo de insolvência. Aliás foi público e notório que há sete ou oito meses houve execuções fiscais. Foram colocados à venda em hasta pública alguns dos lotes. Algumas infraestruturas não existem. No que respeita à EDP não há postes de transformação e quem fez a aquisição dos lotes, como já aconteceu, foram surpreendidos pela falta dos mesmos. Os proprietários da urbanização são responsáveis pela urbanização, e agora quem adquiriu os lotes tem de criar as infraestruturas do loteamento." ----------

----------///----------

Ponto dois – Informação escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea c) do nº2, do art.º 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro. ---------- **(vide anexo 6) --**

Foi dada a palavra aos Senhores Deputados que expuseram o seguinte: **----------**

= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira.----------

- Etar da Praia do Ribatejo - "Agradeço os votos de boas festas que me foram endereçados do qual retribuo e espero de dois mil e dezassete seja um bom ano. Li a informação e fiquei um pouco admirado de não constar um caso importante que aconteceu no concelho, a entrada em funcionamento da Etar. Acho que teria sido importante que nesta comunicação do Senhor Presidente fosse realçado esse fato. O site da câmara transmite e publica essa notícia com relevo, que ela mesmo

merece. ----------

- Horta Social – Gostaria de saber o que se passa com a horta social porque ao passar lá fico com a ideia que está totalmente ao abandono. Na minha zona eu não tenho dúvida da existência de hortas sociais, pois quem quer tratar de algum pedaço de terra, tem sempre alguém que o ceda. Na altura quando foi lançada esta iniciativa falei nisso, pois não vejo grande interesse na sua criação. ----------

Venda de lotes CDN – Não posso deixar de lamentar de não se ter conseguido, apesar das tentativas, qualquer verba resultante da venda de lotes. Estavam previstas cento e cinquenta mil euros aproximadamente e conforme constamos no orçamento enviado, até esta data o resultado é zero. Acho que temos de lamentar que não tenha sido possível a sua venda. ----------

- Posição Orçamental – Na página um, em que temos uma verba liquidada de duzentos e trinta e oito mil euros, em relação aos resíduos sólidos, foram cobrados duzentos e um euros. A que se deve este atraso? Esta mesma situação verifica-se em relação à tarifa de saneamento em que temos uma verba liquidada de cento e setenta mil euros e apenas foram cobrados cento e quarenta e quatro mil euros. ----------

- Acordos de Cooperação - Nos acordos de cooperação escolar estavam previstos cento e oitenta mil e foram cobrados setecentos e cinquenta e cinco mil novecentos e trinta e oito euros e noventa e sete cêntimos, como é que isto é possível?" ----------

= Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes.----------

"Queria agradecer os votos de boas festas e endossar a todos os membros da assembleia e respetivas famílias, executivo camarário e funcionários do Município os votos de boas festas. ----------

- Processos judiciais – Gostava de saber qual o ponto da situação dos processos judiciais quinze e dezasseis, uma vez que o valor que está aqui, em termos de indeminizações são quinhentos mil euros dos dois

processos e não está nada cabimentado. Em relação ao processo onze, fala-se em sentença de cerca de cem mil euros, qual foi a sentença proferida? Há mais alguns processos que estão aqui muito atrasados, penso que será normal, a justiça anda atrasada em Portugal, mas em relação ao processo doze, a última audiência foi em dois mil e quinze, já passou mais de um ano, gostava de saber se já houve mais algum desenvolvimento." ----------

= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo.----------

"Em relação à estrada Nacional 110 na Atalaia, além do mencionado na Informação escrita, que mais informação o Senhor Presidente nos pode dar?" ----------

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecer os Senhores Deputados. ----------

= Etar da Praia do Ribatejo – "Quanto à Etar da Praia do Ribatejo, não viu, com certeza, a comunicação que o Presidente da Câmara transmitiu à assembleia, onde dava conhecimento da entrada em funcionamento da respetiva Etar. O Senhor Presidente da Câmara teve conhecimento e após receção do respetivo ofício, remeteu a este órgão, daí não constar na informação escrita. Ainda bem que ela funciona, já há muitos anos que ela era sonhada pelos munícipes da Praia do Ribatejo. Era a única freguesia que existia neste concelho que não tinha Etar em funcionamento e que após processo conturbado, incluindo ações judiciais de posse de terreno, finalmente encontra-se em funcionamento, e muito bem. ----------

= Horta Social – Havia três utentes inscritos, e do que tenho conhecimento, esta não está em funcionamento. Tem tudo a ver com a motivação e com o trabalho. Muitas vezes é mais fácil viver dos subsídios do que fazer algo. ----------

= Lotes do CDN – Como teve conhecimento, haviam duas intenções de venda de lotes, como comprovam as deliberações camarárias. Em relação

à não concretização de venda esta deve-se ao fato de os projetos, em sede de fundos comunitários, o quadro comunitário é 2014-2020 estarem com dois anos de atraso, o que significa que os empresários estão todos à espera de janelas de oportunidade. Temos tido alguma reserva quanto a esta temática. Com base no princípio da transparência e da imparcialidade, tenho publicado tudo nas atas. Certo estou que devíamos omitir alguma informação, porque podemos estar a beneficiar outras pessoas que não as do concelho. Levamos o assunto à reunião de Câmara foram duas propostas que infelizmente ainda não se concretizaram. Ainda hoje recebi um telefonema de uma das empresas a solicitar que me desloque à Administração Central para desbloquear a situação. Isto é a conjuntura internacional e nacional. ----------

= Posição orçamental – Senhor Deputado, tudo isto tem a ver com os prazos de pagamento, faturação e a diferença entre estes. Deverá também ser relacionado com a falta de pagamentos e incumprimentos contratuais. ----------

= Acordos de cooperação – Quanto a estes acordos segundo informação do Vereador terão a ver com pessoal. Eu não tenho dados concretos para responder objetivamente, mas terei todo o gosto de o esclarecer oportunamente. ----------

= Processos judiciais – Existe um principado em direito que é o princípio da separação de poderes, não há geringonças, não há PDS, CDS, nem CDU, os tribunais são uma coisa, os governos são outra. Em relação aos processos e enquanto Presidente da Câmara de Vila Nova da Barquinha, Fernando Freire, nenhuma ação decorre sob a sua alçada até este momento. Significa que esta questão não é nova, já há quatro anos que é do conhecimento dos senhores deputados, esta tramitação processual dos processos, por isso não os vou discutir. Nos processos judiciais pendentes contra o Município temos neste momento cabimentados setenta mil euros para salvaguarda do que puder acontecer. Os valores

valem o que valem e dou o seguinte exemplo: o Presidente da Câmara da Barquinha, resolveu o problema do Centro Náutico, uma ação que valia, em sede de tribunal por quatrocentos mil euros e ficou resolvido por quinze mil e seiscentos euros. ----------

= Estrada Nacional 110 – Atalaia – De fato quer o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, quer o grupo Parlamentar do PS colocaram esta questão ao Governo e na sequência de várias questões e interpolações de reuniões tidas com o Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, deslocou-se à vila da Atalaia, uma comissão das Estradas de Portugal, onde esteve presente o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Atalaia. Neste momento estamos a aguardar a posição das IP sobre a redução da velocidade na estrada." ----------

Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Eduardo Oliveira. ----------

Em relação ao ofício sobre a Etar, informo que só hoje tivemos conhecimento, pois o ofício foi entregue juntamente com a lista de expediente. Quanto às verbas era importante um esclarecimento mais aprofundado. Em relação aos processos judiciais reforço que estes são da Câmara, e nós não nos podemos libertar disso." ----------

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para prestar a seguinte informação. ----------

"Eu não disse que os processo não eram da Câmara, o que eu disse é que não há nada de novo. Há diligências processuais em tribunal, que decorrem do procedimento de evolução processual. Não há nenhuma condenação, não há trânsito em julgado, não há acordo judicial, senão teria chegado a esta assembleia para verificarem a decisão. O que eu disse é que durante o meu mandato não há nenhum processo judicial, todos os outros estão a decorrer os seus trâmites normais." ----------

Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Eduardo Oliveira. ----------

Houve uma sentença proferida pelo Tribunal em dezanove de setembro de dois mil e dezasseis, relativa ao processo onze, qual foi a sentença?"-

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. ----------

"Em relação à questão dos processos judiciais, o Senhor Deputado sabe o que está sob recurso, não me vou pronunciar sobre isso. As sentenças só vem ao conhecimento dos Senhores Deputados quando há transitado em julgado, enquanto estiver em conflito judicial, não me vou pronunciar sobre isso." ----------

***Ponto três – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal referente ao procedimento Pré-contratual de ajuste direto para aquisição de Serviços de Auditoria Externa às contas do Município de Vila Nova da Barquinha - proposta de nomeação de Sociedade de Revisores Oficiais de Contas / Ano de 2016.* ----------**

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para expor assunto em epígrafe. ----------

= Intervenção do Senhor Presidente da Câmara – "Este ponto tem a ver com a questão da contratação do Revisor Oficial de Contas, para a auditoria às contas externas do Município de Vila Nova da Barquinha. Vai ser feita a proposta de adjudicação ao antecedente, empresa Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda, pelo preço de seis mil setecentos e cinquenta euros." ----------

Posta à votação a proposta da Câmara referente, ao procedimento Pré-contratual de ajuste direto para aquisição de Serviços de Auditoria Externa às contas do Município de Vila Nova da Barquinha - proposta de nomeação de Sociedade de Revisores Oficiais de Contas / Ano de 2016, esta foi aprovada por maioria com duas abstenções dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo e David Antunes da CDU e dezassete votos a favor dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD, Manuel de Oliveira do CDS e dos Senhores Deputados Manuel Costa, José Pereira de Sousa, Inocêncio Cruz, Vitorino Monteiro, Manuel Cardoso, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel,

Benjamim Reis, Miguel Homem, Manuel Honório, João Machado e Rui Picciochi do PS. ----------

Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. ----------

Ponto quatro – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal referente às alterações aos acordos de execução em vigor com as Juntas de Freguesia. ----------

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar esta matéria. ----------

"Os acordos de execução de competências vigentes, conforme Lei nº75/2013, encontram-se em vigor pelo período do mandato autárquico. Importa alterar algumas cláusulas em consequência de delegação de competências com as Juntas de Freguesia, para que os trabalhos sejam geridos e ministrados pelas Juntas. Por uma questão de proximidade, este município considera importante a delegação de competências para que garantam uma maior proteção de serviços de qualidade às suas populações, através de uma atualização racional dos recursos humanos e materiais. Assim, proponho as alterações aos acordos de execução que se encontram anexos à respetiva proposta do qual os senhores deputados têm acesso." ----------

Posta à votação a proposta da Câmara Municipal referente às alterações aos acordos de execução em vigor com as Juntas de Freguesia, esta foi aprovada por unanimidade com dezanove votos a favor dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo e David Antunes da CDU e Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD, Manuel de Oliveira do CDS e dos Senhores Deputados Manuel da Costa, José Pereira de Sousa, Inocêncio Cruz, Vitorino Monteiro, Manuel Cardoso, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, Benjamim Reis, Miguel Homem, Manuel Honório, João Machado e Rui Picciochi do PS. ----------

Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. ----------

Ponto cinco – Alteração da Operação de Reabilitação Urbana da ARU da Zona Baixa de Vila Nova da Barquinha, de Simples para Sistemática – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana. -------

No uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara apresentou o ponto número cinco. ----------

"A área de reabilitação urbana, área territorial limitada de Vila Nova da Barquinha, carateriza-se por edifícios, infraestruturas, equipamentos de utilização coletiva, espaços verdes e urbanos, que se encontram em degradação, obsolescência, colocando em causa as condições de uso, solidez, estética, segurança, salubridade, pelo que se justifica uma intervenção integrada através de uma operação de reabilitação urbana. Na ARU, ou operação de reabilitação urbana simples, a intervenção na reabilitação, aponta-se essencialmente para a reabilitação do edificado, ou seja, é excluída a questão dos edifícios públicos. A operação sistemática que está agora presente nesta sessão, dirige-se não só ao edificado mas também à qualificação de infraestruturas, equipamentos e espaços públicos, urbanos, espaços verdes, visando a requalificação do tecido urbano e é normalmente, associado a investimento público. O que vos é apresentado é a conversão de uma reabilitação urbana simples, numa reabilitação sistemática que visa intervenções no âmbito do PARU."

Neste momento foi dada a palavra aos Senhores Deputados questionaram o seguinte: ----------

= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira. ----------

"Sobre estas alterações ninguém poderá ter grandes dúvidas que são importantes e como o Senhor Presidente refere "sem ovos não se fazem omeletes", daí haver obras para dois mil e trinta e um. Na última Assembleia levantei a questão das ARUS e dos relatórios sobre as mesmas, do qual o Senhor Presidente informou que no final do ano eram

apresentados, mas certamente esqueceu-se. Isto é pacífico, mas como sabemos as dificuldades financeiras são muitas e sabemos que isto só terá efeito lá para dois mil e trinta / dois mil e cinquenta, nessa altura já cá não estaremos para ver a totalidade do que foi levado a efeito." --------

= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo. ----------

"Eu acho esta situação pacífica, nós pretendemos que se realizem e as fichas que aqui aparecem, com fotografias até nos ajudam a identificar o local." ----------

Nesta altura foi concedida a palavra ao Senhor Presidente para dar satisfação às questões colocadas. ----------

"Respondendo ao Senhor Deputado Eduardo de Oliveira sobre a questão da operação sistemática o que é importante, e registo com bom agrado, é que já se denota alguma movimentação urbana no centro histórico de Vila Nova da Barquinha. Posso dizer que tive a grata notícia que todos os prédios recuperados já estão vendidos a terceiros (prédios da antiga farmácia e ao pé da Igreja), o que significa que a valorização do Parque Ribeirinho está a ter reflexos em investimentos privados dentro da vila, o que tenho que registar com agrado. Quanto à questão das ARU'S, trazer ou não à sessão da Assembleia, de fato eles têm validade de um ano e os Senhores Deputados têm sempre informação privilegiada sobre esta temática. Por exemplo a ARU de Tancos a isenção continua em vigor, nomeadamente isenção no IMI durante cinco anos, com a possibilidade de ter mais cincos anos. Em Tancos entrou também outro projeto de reabilitação de um edifício degradado junto do restaurante Almourol, o que significa que há boas notícias quanto ao edificado e quanto à regeneração urbana. O edifício Joaninha entrou esta semana em obra, tudo isto, depende das referidas janelas de oportunidade. Em dois mil e dezassete, no PARU, a Câmara tem setenta e oito mil euros de investimento. A câmara tem ativos financeiros de reserva para avançar.

Se os fundos comunitários abrirem já temos planos. Não nos vamos vincular às fichas técnicas. O que nos interessa é a questão material." –-

Foi dada novamente a palavra aos Senhores Deputados. ----------

= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo. ----------

"Há aqui outro exemplo. Na avenida dos plátanos, aquisição de trinta e três estruturas positivas para galeria de arte ao ar livre. Eu penso que se os expositores vão ser postos na rua, não é necessário grande prazo como consta na ficha técnica." ----------

O Senhor Presidente da Câmara usou do direito de resposta: ----------

Senhor Deputado João Filipe, nós temos de ter projetos e janelas de oportunidade. Neste momento não temos garantia de financiamento, mas tem de estar referenciado, porque se não estiver no âmbito do planeamento não é co-financiado. Isto é uma hipótese, depois em relação às datas que constam das fichas, se abrir uma candidatura nós encaixamos e fazemos a respetiva retificação. Entenda-se isto como projetos sujeitos a condição." ----------

Posta à votação a proposta da Câmara Municipal referente à Alteração da Operação de Reabilitação Urbana da ARU da Zona Baixa de Vila Nova da Barquinha, de Simples para Sistemática – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana, esta foi aprovada por unanimidade com dezanove votos a favor dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo e David Antunes da CDU e Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD, Manuel de Oliveira do CDS e dos Senhores Deputados Manuel da Costa, José Pereira de Sousa, Inocêncio Cruz, Vitorino Monteiro, Manuel Cardoso, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, Benjamim Reis, Miguel Homem, Manuel Honório, João Machado e Rui Picciochi do PS. ------

Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. ----------

Ponto seis – Projetos de qualificação de Interesse Municipal - Programa de Desenvolvimento Rural do Continente - PDR 2020. **----**

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para expor o assunto em epígrafe. ----------

"São projetos de interesse municipal no âmbito do programa de desenvolvimento rural do continente PDR2020. Podem efetuar candidaturas a este programa pessoas singulares / coletivas de direito privado, autarquias locais, associações, outras pessoas coletivas públicas, grupos de ação local ou outras pessoas sem personalidade jurídica. Estão abertas candidaturas. São as primeiras do PDR2020 deste tipo de operação, 10.2.1.6., Renovação de Aldeias que tem como objetivos preservação, conservação, valorização dos elementos patrimoniais locais, paisagísticos, ambiental, incluindo ações de sensibilização. Esta candidatura neste programa é efetuada entre vinte e um de novembro de dois mil e dezasseis e vinte de janeiro de dois mil e dezassete. A entidade gestora deste fundo entende que, quer as entidades públicas, quer as entidades privadas, podem ser opositores a estes concursos, mas, para tal, têm de ser estes projetos, considerados de interesse municipal. Esta qualificação de interesse municipal é sempre feita pela assembleia municipal. Como podem comprovar a sessão da assembleia está a decorrer hoje e a próxima será em fevereiro. Neste ínterim não podemos prejudicar quem quer candidatar-se. Neste pressuposto a Câmara já deliberou submeter à assembleia municipal como interesse municipal os seguintes projetos: Centro de Interpretação Templário, o Centro de Acolhimento a Peregrinos e Escuteiros. O Centro de Interpretação Templário, consta do respetivo orçamento e visa a possibilidade de criar um centro de interpretação templária no primeiro andar na biblioteca do Centro Cultural. Tudo isto, são previsões. Por outro lado, a Fábrica da Igreja paroquial de Santo António de Vila Nova da Barquinha demonstrou a intenção de criar um Centro de Acolhimento para Peregrinos e

Escuteiros num terreno que é do Município e que já tinha vindo a esta assembleia, para a cedência com a possibilidade de se criar o referido centro. Quanto a estes dois assuntos a Câmara já as aprovou mas a autorização é sempre da Assembleia Municipal. Aproveito a oportunidade para expor uma situação no sentido de não prejudicar terceiras pessoas. Proponho «que se houver mais candidaturas de pessoas coletivas ou particulares cujos pedido de interesse municipal ocorra entre a sessão ordinária de dezembro e de fevereiro, e que reúnam os pressupostos previstos na Portaria nº152/2016 de 2016-05-25, e Portaria nº 249/2016 de 2016-09-15, seja autorizado o Executivo a praticar ato de qualificação de interesse municipal, sem prejuízo da posterior ratificação na Assembleia Municipal, na primeira reunião a realizar após a sua prática.» Acho que é uma situação justa e de não prejudicar o investimento que pode vir para o nosso concelho e a criação de novas infraestruturas necessárias ao desenvolvimento territorial." ----------

Dada a palavra ao Senhor Deputado João Filipe Ricardo, disse: -------

"Estou de acordo com o pedido e vamos subscreve-lo. Damos o aval à Câmara para que no caso de aparecer um projeto que possa ter interesse, autorize, havendo uma ratificação posterior por parte da Assembleia. Estes projetos foram à reunião de câmara a cinco de dezembro e o que quero dizer é que o prazo é curto para isto, e a informação nem sempre chega em tempo útil a todos." ----------

Posta à votação a proposta da Câmara Municipal referente aos Projetos de qualificação de Interesse Municipal - Programa de Desenvolvimento Rural do Continente - PDR 2020, esta foi aprovada por unanimidade com dezanove votos a favor dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo e David Antunes da CDU e Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD, Manuel de Oliveira do CDS e dos Senhores Deputados Manuel da Costa, José Pereira de Sousa, Inocêncio Cruz, Vitorino Monteiro, Manuel

Cardoso, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, Benjamim Reis, Miguel Homem, Manuel Honório, João Machado e Rui Picciochi do PS. ----------

Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. ----------

Ponto sete – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal referente 1ª Revisão Orçamental de 2016. ----------

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o assunto em epígrafe. ----------

"Está presente a primeira revisão do orçamento que visa a introdução do saldo de gerência anterior." ----------

Posta à votação a proposta da Câmara Municipal referente à 1ª revisão Orçamental de 2016, esta foi aprovada por unanimidade com dezanove votos a favor dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo e David Antunes da CDU e Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD, Manuel de Oliveira do CDS e dos Senhores Deputados Manuel da Costa, José Pereira de Sousa, Inocêncio Cruz, Vitorino Monteiro, Manuel Cardoso, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, Benjamim Reis, Miguel Homem, Manuel Honório, João Machado e Rui Picciochi do PS. ------

Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. ----------

Ponto oito – Apreciação e votação dos Documentos Previsionais de Gestão para 2017, Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal. ----------

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para expor o assunto em epígrafe. ----------

"O investimento do município reforça a sua política de crescimento sustentável orientado para as pessoas, incindindo em várias temáticas. Como os Senhores sabem, e não é nada de novo, o orçamento tem a ver

com as janelas de oportunidade de fundos comunitários, nomeadamente no âmbito da regeneração urbana, na requalificação de ruas, largos, repavimentação, investimento em equipamentos sociais, escolas, equipamentos culturais, sem descorar a questão do esforço com a execução orçamental e de uma redução da dívida e de termos de recorrer a recursos próprios para financiamento dos nossos compromissos. Ao contrário do que vinha do antecedente em relação à venda dos lotes / terrenos temos de ser rigorosos e só contabilizar, em orçamento, o valor dos últimos três anos do património que é vendido. As leis são mais restritivas e são muito mais sindicadas pelas autoridades de supervisão. Não podemos descorar uma questão que é fundamental, a possibilidade das janelas de oportunidades e estarmos posicionados para determinados tipos de investimentos papel que cabe ao Município. O orçamento reflete isso, a possibilidade de janelas de oportunidades. Posso informar que esta semana recebemos a aprovação definitiva, e garantida, do financiamento com o pedido do IBAN, o que é bom sinal, em relação ao jardim-de-infância de Vila Nova da Barquinha. Só já falta a finalização do concurso público para adjudicação da obra. O edifício joaninha que também já está garantido com financiamento de fundos comunitários já se iniciaram os trabalhos. É um financiamento superior a setenta mil euros, porque conseguimos executar 15% até ao final do ano. Conseguimos reduzir o prazo de pagamento, passamos de cinquenta e cinco dias para vinte e oito dias segundo ficha de setembro de dois mil e dezasseis da DGAL o que significa que, de fato, tem havido uma gestão criteriosa e rigorosa, mas sem por em causa a questão das janelas de oportunidades. A candidatura do saneamento das Madeiras está feita ao POSEUR. O processo POSEUR é demorado nomeadamente a aprovação das candidaturas, esperamos que sejam aprovados em breve.” ----------

Foi dada novamente a palavra aos Senhores Deputados. ----------

= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira. ----------

"Senhor Presidente da Assembleia, hoje fui ao site da Câmara e fui ver a ata de dezembro de dois mil e quinze, qual é o meu espanto, de certo modo estupefato, que a deliberação sobre os documentos previsionais de gestão para 2016, na ata não foram aprovados. Eu julgo que esta situação pode ser aborrecida, por isso, é que peço ao Presidente da Assembleia que me esclareça se tudo está correto na gestão de dois mil e dezasseis, se os documentos de acordo com a ata que lá está não foram aprovados."

Neste momento o Senhor Presidente suspendeu os trabalhos para verificar o engano referido pelo Senhor Deputado Eduardo de Oliveira referente à falta de deliberação na ata de dezembro de dois mil e quinze, no ponto dos documentos previsionais de gestão para dois mil e dezasseis. ----------

Retomado os trabalhos depois de um intervalo de dez minutos o senhor Presidente da Assembleia no uso da palavra referiu o seguinte: ----------

"Em primeiro lugar queria agradecer a chamada de atenção na medida que foi uma falha grave e assumo-a, porque leio a ata e passou-me completamente. ----------

Apresentou a seguinte proposta: «Tendo-se verificado que na ata nº5/2015 desta Assembleia Municipal, não consta a deliberação desta Assembleia, a qual não foi transcrita, por lapso, sobre a aprovação do Orçamento e Plano para o ano de 2016 deste Município, que resultou a sua aprovação por treze votos a favor e seis abstenções e aprovada em minuta por unanimidade, propõe-se a "retificação da referida ata, com efeitos à data da sua aprovação, ratificando-se todos os atos praticados"».

(vide anexo 7) ----------

Posta à votação a proposta esta foi aprovada por unanimidade com dezanove votos a favor dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo e David Antunes da CDU e Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD, Manuel de Oliveira do CDS e dos

Senhores Deputados Manuel da Costa, José Pereira de Sousa, Inocêncio Cruz, Vitorino Monteiro, Manuel Cardoso, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, Benjamim Reis, Miguel Homem, Manuel Honório, João Machado e Rui Picciochi do PS. ------

----------////----------

Retomadas as intervenções os senhores deputados expuseram o seguinte: ----------

= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira. ----------

- "À pouco disse que fiquei estupefacto, mas mais estupefacto fiquei quando li nos jornais e no site da Câmara que tinha sido deliberado por maioria, com abstenção do vereador do PSD, os documentos previsionais de gestão para dois mil e dezassete. Esta informação correu em todos os jornais da região e continua hoje, passado tanto tempo no site da Câmara, só foi apagado à minutos. Li nos documentos entregues que foi deliberado por maioria com abstenção do vereador do PSD, mas em todo o lado vem que foi com voto contra. Hoje, antes de vir para qui, vi o site e continuava na mesma. Parece que algo vai mal em relação a este assunto. Nos últimos documentos modifiquei a minha opinião e disse que ia abster-me porque os documentos da Câmara começaram a ir no sentido que acho correto, no sentido do rigor, hoje tenho dúvidas. Eu não acredito neste orçamento apesar de entender que as obras todas que estão aqui indicadas merecem a minha concordância." ----------

= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo. ----------

"Em relação a este documento saliento que este orçamento é de uma câmara socialista que governa o nosso concelho há já alguns anos, só com uma única exceção do mandato do PSD. O que eu disse na reunião com o Senhor Presidente da Câmara e digo hoje é que os orçamentos e planos de atividades acabam por ser documentos que muitas vezes não estão de acordo com a realidade porque andamos quatro anos à espera que venham verbas, e o que se tem passado nos últimos anos é que

quando se mexe nalguma obra, elas coincidem com o fim do mandato. Não estou a dizer que as coisas são eleitorais mas têm-se vindo a mostrar que as coisas são assim. Este orçamento e tendo em conta os projetos que aí vem, como exemplo o saneamento das madeiras e ninguém falou nas Limeiras, situação que se arrasta a anos a fio e que nunca mais foi resolvida. É pena que a estrada da roda tenha sido posta de lado pelo anterior presidente da Câmara. É pena que este documento acabe por ser um documento fictício e muitas vezes não corresponda com a realidade."

= Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes. ----------

"Em relação ao orçamento, o que se presume é que este documento seja rigoroso. Nós há dois anos, quando foi a aprovação do orçamento falamos que era irrealista a venda de terrenos da zona industrial, do qual se estava a prever umas vendas de milhares de euros. Depois, verificou-se que realmente estavam empoladas. Percebe-se no orçamento para o ano que vem que há uma série de fundos comunitários, que devem ser desbloqueados e é normal que o município os queira aproveitar e nesse aspeto estamos plenamente de acordo. O que não estamos de acordo é que não haja rigor na forma como se está a tentar obter receita e até seria presumível que haja terrenos na zona industrial que não foram vendidos este ano, mas seriam vendidos em dois mil e dezassete. ----------

Gostaria que o Senhor Presidente me esclarecesse se vai haver um agravamento tão grande de impostos como se verifica aqui a nível de orçamento para o ano que vem. É porque o IMI e o IUC, já sem falar das taxas, está extremamente inflacionado em relação ao ano passado e há dois anos. Portanto, eu não sei se isto será rigor, parece-me que não ou então andamos com a propaganda enganada e o que nos dizem é o contrário do que está aqui." ----------

= Intervenção do Senhor Deputado Inocêncio Cruz. ----------

"Eu sempre tenho dito, que os orçamentos são aquilo que queremos colocar. O Senhor Eduardo fez justiça, ao dizer que recomeçou um certo rigor nos orçamentos do mandato. Temos visto pelas contas de gerência. Fico contente, porque estando uns de um lado e outros do outro, e já nos conhecemos há muitos anos, quando o Senhor Eduardo Oliveira faz essa observação, é de considerar uma mais-valia para este executivo.----------
Hoje vejo-o com o discurso um pouco para o negativo, eu até podia dizer que estamos em véspera de eleições e que o Senhor Eduardo de Oliveira está a preparar a candidatura a Presidente da Câmara. ----------
Tendo em conta o que o Senhor Presidente da Câmara falou à pouco, de que existe uma janela de oportunidade, o que eu acho é que este orçamento caminha para aí. Aproximam-se os fundos Comunitários, e ter no orçamento verbas cabimentadas, para em qualquer momento recorrer aos mesmos. ----------
O Senhor Presidente sempre disse que deveria haver contenção orçamental, daí as contas estarem com um maior rigor. Eu espero estar cá para o ano que vem, para ver a conta de gerência. Fiquei muito contente porque o orçamento da CPCJ tem vinte e quatro mil euros. A Senhora Vereadora já não pode dizer que não tem dinheiro para uma carrinha. ----------
Em termos culturais - há um mês atrás foi lançado o livro do Mestre Calafate. Espero que não se fique só por este, mas que se aprofunde mais, porque nós temos para além do Mestre Calafate, outras pessoas, que às vezes não fazemos o jus ao mérito que têm. ----------
O meu receio é que um dia o Senhor Roldão feche os olhos, e com ele leve todo o seu saber que devia ser nosso. Ele é um homem que escreve muito, é um homem polémico nalgumas posições que toma, mas não se deve esquece-lo. O que eu proponho neste orçamento é que haja uma parte para que o Senhor Roldão, a Julieta Rodrigues e outros, tais como o pai

do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira, sejam igualmente homenageados. ----------

O grande desafio que faço ao executivo para além de tudo o resto, é que não perca estas memórias vivas, e não vamos esperar que um dia eles venham a falecer, para depois dizer, que eram boas pessoas. O Senhor Roldão tem em casa um espólio riquíssimo, que é preciso ser acarinhado, e o que for possível, ser publicado." ----------

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecer os senhores deputados. ----------

"Compulsando o respetivo site da internet vou ler o último parágrafo: «os documentos previsionais de gestão para dois mil e dezassete, orçamento e grandes opções do plano são votados na próxima sessão da Assembleia Municipal a realizar no próximo dia dezasseis de dezembro». Este foi o comunicado que foi distribuído à imprensa, se os Senhores jornalistas, como aconteceu com outras câmaras, assumem que a Câmara Municipal é que aprova o orçamento, impute esse fato ao Senhor Presidente da Câmara. Quanto à estrada da roda e do saneamento das Limeiras, não são só estes problemas que a Câmara tem. É evidente que estamos a falar de documentos previsionais. O orçamento é uma previsão, cabe à Câmara definir objetivamente quais são as prioridades, e dentro do escasso dinheiro que nos é atribuído, e foi muito significativa a redução nos últimos anos, tentamos gerir com parcimónia, e com cuidado, as contas do Município. Em relação às janelas de oportunidade cá estaremos junto da população para respondermos a estes fatos. Quanto à intervenção do Senhor Nuno Gomes na questão de um orçamento rigoroso, ter lá cinco euros é precisamente por ser rigoroso. Quanto à questão do agravamento de impostos, o Senhor Deputado Inocêncio já me defendeu em causa própria, o que agradeço, mas uma das previsões de receita é precisamente o IMI e respetiva valorização das casas, que como sabe umas das revisões em sede de IMI são as isenções e não isenções. Quanto

à questão do Deputado Inocêncio, eu gostaria de dominar o poder político central mas não consigo. Os fundos comunitários foram aprovados em dois mil, e catorze e só em dois mil e dezassete é que começaram a ser publicados os primeiros avisos, na altura das eleições autárquicas. Tudo isto tem a ver com prazos, com negociações da UE. Eu, sinceramente não gostaria deste cenário, porque o princípio da transparência beneficia a democracia, a representatividade, em as populações. Este orçamento é o reflexo disso. Andamos todos aqui a aguardar as janelas de oportunidade. Em relação aos projetos de interesse municipal era impossível trazer mais cedo à assembleia, o aviso só saiu em novembro, nós andamos juntamente com o vereador Luís Valente a tratar disso com rapidez para podermos trazer hoje à sessão da Assembleia. O livro do calafate foi bem concedido, o meu louvor público ao professor João Serrano, que em tempo, e em bom modo, fez o levantamento de todos os dados históricos, testemunhos pessoais e mais que isso, vai-nos oferecer as embarcações à escala, para que fique para memória futura. É importante que deixemos para os vindouros a história de Vila Nova da Barquinha no conceito do Senhor Roldão. O Município em dois mil e catorze publicou as crónicas históricas de Vila Nova da Barquinha. O Senhor Roldão é uma pessoa especial, informo-vos que no último fim-de-semana foi premiado com o prémio Jornal Novo Almourol. Tem escrito crónicas periódicas no Jornal Novo Almourol, aliás, uma coletânea significativa das mesmas crónicas. Tem poesias por editar. Eu tive o privilégio de ele me oferecer uma cópia integral daquilo que tem de poesias, que dá para um livro. É uma questão que temos de pensar em termos de orçamento. Mas fica registado a sua douta sugestão, porque é muito importante que fique para memória futura as suas crónicas, como ficou a memória do calafate. Quero desejar um santo natal e um próspero ano novo a todos. Dizer que gosto muito de estar aqui na assembleia a discutir com transparência e imparcialidade. Quem está deste lado tenta fazer o melhor, às vezes não

é possível, os tempos são complicados, são difíceis, mas esperamos que dois mil e dezassete seja um ano com novos horizontes e nova filosofia de vida. Bem-haja a todos.” ----------

Foi dada a palavra aos senhores deputados que expuseram o seguinte: ----------

= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo – “Eu espero que o que disse em relação à estrada da Roda não fiquem a pensar que tenho alguma coisa contra o projeto. O que eu quis frisar quando falei, foi ir ao encontro do que o senhor presidente agora reconheceu, é que de fato os orçamentos aparecem mas há uma panóplia de planos que assoberbam os orçamentos. Eu só falei na estrada da roda porque é uma realidade, para o presidente anterior foi um projeto que estava farto de ouvir falar e disse que nunca a repararia, mas o certo é que agora vai ser reparada.” ----------

= Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes – ----------

“Em primeiro lugar, em relação ao investimento que está mencionado no orçamento nós concordamos, pois são obras necessárias, e são projetos que já vem de há longos anos e que sempre temos ouvido nas sessões da assembleia. Em relação a termos votado contra e depois abstermo-nos tem a ver com a coerência que temos de ter. Há dois anos dissemos que a venda de terrenos estava altamente empolada e mea culpa fez o Senhor Presidente numa das assembleias do ano passado, em que disse que tinha sido assim, ou seja, veio dar-nos razão. Desta vez, o que nós achamos é que voltamos a ter a receita empolada, neste caso, não nessa verba, mas noutras verbas que já identificamos. Nos contratos de delegação de competências da educação, basta olharmos para a execução que temos este ano e para o que estava orçamentado nos anos anteriores. O orçamento tem um valor maior, e estamos para ver onde se vai buscar os vinte e cinco por cento ou trinta por cento a mais que precisamos para o investimento das janelas de oportunidades. Mas estamos aqui a votar

o orçamento, se não há rigor desejado. Dentro da coerência que é justificada nós não podemos votar a favor, nem abstermo-nos e teremos de voltar à nossa posição de há dois anos, ou seja, votar contra. Esta é a nossa justificação, bem vistas as coisas a comunicação social até noticiou bem, estava a antecipar que íamos votar contra. Este orçamento não é realista nem exequível e como disse há pouco o Senhor Deputado Inocêncio esperamos que daqui a um ano vejamos como é." ----------

Posta à votação a proposta da Câmara Municipal referente aos documentos previsionais de Gestão para 2017, esta foi aprovada por maioria com três votos contra dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD, três abstenções dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo e David Antunes da CDU e, Manuel de Oliveira do CDS e treze votos a favor dos Senhores Deputados Manuel da Costa, José Pereira de Sousa, Inocêncio Cruz, Vitorino Monteiro, Manuel Cardoso, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, Benjamim Reis, Miguel Homem, Manuel Honório, João Machado e Rui Picciochi do PS. ------ Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. ----------

-Terminada a Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada esta sessão ordinária, pelas vinte e três horas e vinte e três minutos, desejando a todos os presentes um Feliz Natal e Próspero Ano Novo e para constar se lavrou a presente ata que depois de aprovada, vai ser assinada pelos senhores Presidente da Assembleia Municipal e Secretários: ----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

(Rui Monteiro Picciochi)

O Senhor Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia

(César Augusto da Silva Barros Cardigos)

O Senhor Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal

(Inocêncio Rodrigues Cruz)

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1	Lista de Expediente
Anexo 2	Moção apresentada pelo Senhor Deputado David Antunes cujo tema é "40 anos das primeiras eleições autárquicas"
Anexo 3	Intervenção lida pelo Senhor Deputado César Cardigos do PS cujo tema é "as primeiras eleições".
Anexo 4	Intervenção lida pelo Senhor Deputado João Filipe Ricardo da CDU cujo tema é "Salário mínimo – 600 euros em janeiro, porquê?"
Anexo 5	Intervenção lida pelo Senhor Deputado Vitorino Monteiro do PS cujo tema é "Ano autárquico".
Anexo 6	Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara
Anexo 7	Proposta sobre a aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2016 apresentada pela mesa da Assembleia.